



**Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: Ata da 171ª Reunião Ordinária

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 9h00, conforme prévia convocação por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente, por videoconferência, o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM. Participaram presencialmente: Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho; e remotamente: Aldo Cuomo, Paulo Rafael Minetto Maceta, Fábio Teizo Belo da Silva, José Francisco Dutra da Silva e Juliana Velho, membros titulares; Luiz Gustavo de Castro Oliveira, membro suplente. Pela Fundação, presencialmente: Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, Lívia Sant'Anna Carvalho, Gerente de Administração; Hugo Lancarter Mol, Diretor de Investimentos; Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional; Sueli Meschke Mendes Starke Rodrigues, Chefe da Auditoria Interna. Remotamente: Maria Izabel Canavese Dutra, Chefe de Gabinete; Joseane da Silva Prado, Ana Flavia Cunha Canabrava e Sadrak Alves de Lima, Assessores da Presidência; e Renata Simões de Souza, Assessora Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade. Remotamente como convidado: Leandro Fernandes Pereira, Coordenador do Comitê de Auditoria – COAUD. Aberta a reunião, a Presidente Marina confirmou o quórum para instalação da reunião, deu as boas-vindas aos presentes e iniciou tratando do **primeiro item da pauta - Aprovação da Ata da 170ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**: A minuta da ata da 170ª Reunião Ordinária foi previamente submetida a todos os Conselheiros, com os apontamentos recebidos devidamente incorporados ao documento, restando aprovada, por unanimidade. Na sequência, a Presidente Marina submeteu à apreciação o **segundo item da pauta - Indicação de Membros para nova Composição da Comissão de Ética**, informou que, em razão das alterações ocorridas na composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, cabe ao Conselho Deliberativo deliberar sobre a nova composição da Comissão de Ética da Fundação. Esclareceu que o Diretor de Relacionamento Institucional, Ugo Garcia, permanece como representante da fundação, uma vez que ainda se encontra dentro do período de participação previsto para o encargo, restando necessária a substituição dos outros dois membros, representantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, respectivamente. Paulo Bueno informou que o Conselho Fiscal submeteu a indicação do Conselheiro André Arcas para representá-lo. A Conselheira Juliana Velho voluntariou-se para representar o Conselho Deliberativo na referida comissão. Encerradas as discussões, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a indicação de André Arcas como representante do Conselho Fiscal e de Juliana Velho como representante do Conselho Deliberativo para composição da Comissão de Ética da PREVCOM. A seguir, o próximo item da pauta – **Apresentação TR Auditoria Independente (Processo SEI nº 271.00000445/2026-65)**: A Diretora Administrativa, Vanessa contextualizou a tramitação do processo de contratação de serviço de auditoria independente, destacando haver manifestação anterior do Conselho Deliberativo favorável à substituição da atual empresa responsável pelos serviços de auditoria, uma vez encerrado o contrato vigente. Informou que a Termo de

Referência em questão foi apresentado ao Comitê de Auditoria – COAUD. Na sequência, a Gerente de Administração, Lívia apresentou as modalidades de contratação previstas no Regulamento de Compras da Fundação. Explicou que a proposta elaborada pela Administração optou pela contratação por sessenta meses, adoção do critério de melhor técnica e preço. O Conselheiro Paulo destacou questão referente a efetividade dos critérios técnicos propostos. A Presidente Marina esclareceu que o item em debate possui caráter informativo, cabendo à Diretoria Executiva a definição dos parâmetros do Termo de Referência e a condução do processo de contratação, observadas as disposições legais e regulamentares vigentes. Destacou que a apresentação ao Conselho Deliberativo decorre do princípio da transparência em razão de debates já realizados pelo colegiado acerca da contratação de auditoria independente. O Conselheiro Aldo questionou o enquadramento da matéria entre as competências do Conselho Deliberativo, mencionando as disposições regimentais relacionadas à contratação de auditorias e observando não ter identificado fundamentação expressa para submissão dos critérios técnicos à validação do colegiado. A Presidente Marina destacou que a atuação do Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regimento Interno, restringe-se à deliberação quanto à aprovação da contratação, não lhe cabendo participar da elaboração, instrução ou condução do processo de contratação, competências próprias da Diretoria Executiva e das áreas técnicas da Fundação. Aldo manifestou concordância com a ponderação apresentada e solicitou que constasse em ata o registro de que as manifestações realizadas no âmbito do Conselho Deliberativo, durante a discussão da matéria, constituem contribuições ao debate, sem caráter mandatário, vinculante ou deliberativo quanto aos critérios técnicos do processo de contratação. O Conselheiro Dutra corroborou os esclarecimentos apresentados e destacou que a manifestação reiterada do Conselho Deliberativo tem sido no sentido da conveniência de se promover a substituição da empresa responsável pela auditoria independente, ponderando que os critérios adotados no processo de contratação devem, sempre que juridicamente possível, contribuir para viabilizar esse objetivo. O Coordenador do COAUD informou que o Comitê acompanhou a construção da proposta e manifestou concordância com os critérios apresentados. Destacou a preocupação do COAUD em assegurar a contratação de empresa com qualificação técnica compatível com a complexidade da Fundação, ressaltando que a proposta contempla mecanismos de rescisão contratual em caso de desempenho insatisfatório. Também enfatizou a importância de concluir o processo de contratação com antecedência suficiente para permitir o adequado planejamento dos trabalhos da futura empresa contratada. A Diretora Vanessa esclareceu que a submissão prévia do tema ao Conselho Deliberativo decorreu das discussões ocorridas durante a contratação anterior, razão pela qual busca-se identificar as percepções dos Conselheiros sobre aspectos estratégicos da contratação. O Conselheiro Fabio observou que, por se tratar de contratação direta de atividade finalística, a Fundação dispõe de maior flexibilidade para definição dos critérios de seleção. Destacou que a motivação original das discussões conduzidas pelo Conselho Deliberativo consistiu justamente na conveniência de promover a alteração da auditoria independente e sugeriu que a avaliação técnica contemplasse não apenas a experiência institucional das empresas participantes, mas também a qualificação dos profissionais que efetivamente atuarão nos trabalhos da Fundação. Aldo concordou com os apontamentos apresentados por Fabio e reconheceu que sua análise inicial estava influenciada por parâmetros tradicionalmente utilizados em procedimento licitatório padrão da administração pública típica. Na continuidade dos debates, a Presidente Marina observou que a Diretoria Executiva já dispõe de elementos suficientes para definir a estratégia de contratação, reiterando que compete à Administração adotar o encaminhamento que entender mais adequado para atender, nos limites jurídicos e técnicos aplicáveis, à diretriz de renovação anteriormente manifestada pelo colegiado. Leandro acrescentou que os próprios critérios técnicos propostos tenderiam a funcionar como mecanismo de qualificação e seleção dos participantes com experiência compatível com as necessidades da Fundação. Dando continuidade na pauta **Item 4 – Relatório Mensal de Investimentos – base março de 2026 e abril de 2026**. O Diretor de Investimentos apresentou: i) o comparativo de rentabilidade da carteira no mês, no acumulado do ano e nos últimos 12 meses; ii) a análise de risco e retorno por plano de benefícios; iii) a

rentabilidade acumulada em comparação ao alvo de rentabilidade em diferentes horizontes temporais; iv) a distribuição dos investimentos por segmento e respectivas rentabilidades; v) o desempenho da carteira em comparação aos principais indicadores de mercado; vi) a evolução patrimonial e a captação líquida mensal; vii) a distribuição dos ativos por plano de benefícios; viii) a performance dos planos em horizonte de até 36 meses; ix) as principais movimentações financeiras e destinações de recursos realizadas no período; x) os aportes efetuados nos fundos de investimento desde janeiro de 2026; xi) os resgates realizados pelos participantes por plano de benefícios; xii) os resultados do Plano de Gestão Administrativa – PGA; e xiii) o plano de ação da Diretoria de Investimentos. Durante a apresentação, Hugo destacou que a carteira consolidada permaneceu aderente aos objetivos de longo prazo dos planos e apresentou desempenho superior às metas atuariais, embora inferior ao CDI em determinadas janelas de análise. Comentou que a predominância de investimentos em renda fixa atrelada a NTN-Bs e a manutenção de posições históricas contribuíram para esse resultado relativo, ressaltando a necessidade de avaliação de oportunidades de rebalanceamento da carteira. Também informou a intenção de ampliar os relatórios futuros com análises complementares de risco, especialmente relacionadas a crédito, mercado e monitoramento dos investimentos por plano de benefícios. No âmbito do plano de ação da Diretoria de Investimentos, Hugo apresentou iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão da carteira, incluindo a revisão de alocações, a avaliação de fundos com elevada correlação entre si, o fortalecimento do acompanhamento dos riscos de mercado, crédito e liquidez, a gestão individualizada por plano de benefícios, a proposta de revisão das Políticas de Investimentos, o desenvolvimento de estudos de fronteira eficiente e a estruturação da carteira de empréstimos aos participantes. Durante os debates, o Conselheiro Aldo solicitou que as apresentações fossem disponibilizadas previamente às reuniões e pediu esclarecimentos sobre a composição das movimentações financeiras apresentadas, especialmente quanto à destinação dos aportes e às chamadas de capital. A Presidente Marina esclareceu que os recursos arrecadados mensalmente não são necessariamente distribuídos por todos os fundos da carteira, mas direcionados conforme a estratégia de alocação definida para cada período. Hugo Mol complementou os esclarecimentos e detalhou a destinação dos recursos previdenciários e dos dividendos recebidos no mês. O Conselheiro Dutra destacou o perfil historicamente conservador adotado pela Fundação na gestão dos investimentos e observou que os resultados devem ser avaliados sob perspectiva de longo prazo. Também questionou se a eventual redução da quantidade de fundos da carteira poderia resultar em menor diversificação ou aumento de risco. Em resposta, Hugo esclareceu que a proposta consistia em racionalizar posições com elevada correlação e mandatos semelhantes, preservando a diversificação e buscando maior eficiência operacional e melhor acompanhamento pela equipe técnica. O Conselheiro Fabio questionou a concentração de aportes recentes em determinados fundos e solicitou esclarecimentos sobre a avaliação realizada pela Diretoria de Investimentos em relação ao Fundo Exclusivo Polo Crédito Institucional. Hugo informou que iniciou análise específica do produto em razão de sua natureza exclusiva, destacando a necessidade de acompanhamento mais próximo de sua carteira, governança e estrutura de custos. Dutra retomou o tema do Fundo Exclusivo Polo Crédito Institucional e lembrou discussões anteriores do Conselho sobre as vantagens e desvantagens desse tipo de investimento, manifestando preocupação com a complexidade de monitoramento, os custos envolvidos e a efetiva relação risco-retorno do produto. O Conselheiro Paulo Maceta observou que, pela avaliação preliminar apresentada, o fundo parecia agregar maior complexidade operacional sem demonstrar benefícios proporcionais para a carteira da Fundação e solicitou confirmação desse entendimento. Em resposta, Hugo esclareceu que sua avaliação inicial indicava a necessidade de aprofundamento da análise do fundo, especialmente quanto à exposição ao risco de crédito, volatilidade, estrutura de taxas e aderência aos objetivos da Fundação, registrando que o prêmio observado até o momento não lhe parecia suficientemente atrativo frente aos riscos assumidos. A Presidente Marina questionou o Diretor de Investimentos sobre a compreensão da estrutura de custos envolvida nas aplicações, especialmente quanto à eventual incidência de taxas sobre taxas em investimentos realizados por meio do referido fundo exclusivo, observando que esse ponto não havia ficado

suficientemente claro em reunião anterior com o gestor. Na sequência, ressaltou a necessidade de que futuras revisões das Políticas de Investimentos passem a contemplar parâmetros quantitativos e qualitativos mais objetivos, especialmente no tocante a eventual constituição de fundos exclusivos e para a contratação de gestoras. Ugo Garcia destacou que a Política de Investimentos constitui o instrumento mais adequado para disciplinar tais diretrizes, uma vez que sua aprovação compete ao Conselho Deliberativo. Hugo Mol manifestou concordância com a proposta e informou que o tema será considerado nos estudos para revisão da Política de Investimentos da Fundação. Na sequência **item 5 Acompanhamento do PAINT 2026 e dos Planos de Ação – Auditoria**: A Sra. Sueli, Chefe da Auditoria Interna, apresentou o andamento das atividades previstas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2026 e o acompanhamento dos planos de ação decorrentes de apontamentos de órgãos de controle e auditorias. Inicialmente, informou que, após avaliação conjunta com o Comitê de Auditoria – COAUD, optou-se por revisar o escopo da auditoria especializada em segurança cibernética prevista no PAINT. Explicou que, diante das iniciativas de governança e segurança da informação atualmente em implantação pela Diretoria de Tecnologia da Informação, entendeu-se não ser oportuno realizar, neste momento, uma auditoria ampla de governança cibernética. Assim, foi proposta a contratação apenas de serviços de *pentest* (teste de invasão controlada), com orçamento estimado de até R\$ 65 mil, visando avaliar a efetividade dos controles atualmente existentes. Prosseguindo, relatou os principais trabalhos realizados pela Auditoria Interna no período, destacando o acompanhamento das demandas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e da Auditoria Externa, bem como a conclusão de auditoria sobre governança dos planos de ação, cujo relatório encontrava-se submetido à apreciação do COAUD. Informou, ainda, que a Auditoria Interna identificou e consolidou em base única 60 (sessenta) planos de ação oriundos de recomendações de diversos órgãos de controle, ampliando significativamente o universo anteriormente monitorado. Na apresentação dos resultados, destacou avanços relacionados à área de Tecnologia da Informação, especialmente a aprovação de normativos de segurança da informação, continuidade de negócios, gestão de vulnerabilidades e resposta a incidentes, bem como a evolução dos processos relacionados à contratação de solução de segurança cibernética, seguro cyber e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD. Sueli ressaltou, ainda, que permaneciam em acompanhamento diversos apontamentos formulados pelo TCESP e pela PREVIC, observando que eventuais recomendações cujo cumprimento fosse considerado inviável ou inadequado deveriam ser submetidas às instâncias de governança para avaliação e assunção formal do respectivo risco. A Presidente Marina observou que as futuras apresentações relativas aos planos de ação deverão concentrar-se na análise crítica dos pontos mais relevantes, com especial atenção às ações consideradas sensíveis, que apresentem risco de descumprimento, necessidade de repactuação de prazos ou qualquer outro fator que demande atuação gerencial antecipada, bem como aos avanços mais significativos registrados no período. Ressaltou, ainda, a importância do acompanhamento preventivo e contínuo dos cronogramas, de modo a evitar que ações permaneçam com prazos vencidos sem avaliação prévia e tempestiva quanto à necessidade de reprogramação. O Conselheiro Aldo solicitou que apresentações com elevado nível de detalhamento fossem encaminhadas previamente aos Conselheiros, possibilitando análise antecipada e melhor preparação para os debates. Também requereu o reenvio dos relatórios do TCESP e esclarecimentos sobre apontamentos relacionados a contas genéricas e senhas de acesso, bem como sobre recomendação referente à observância da paridade na composição do Conselho Deliberativo. Em resposta, Sueli informou que os apontamentos relacionados à paridade e composição dos órgãos estatutários tratava-se de monitoramento contínuo de conformidade, razão pela qual não mais demandariam plano de ação específico. Quanto aos apontamentos relacionados a contas genéricas e gestão de acessos, esclareceu que os ajustes continuam sendo realizados em razão de mudanças de sistemas e da evolução do ambiente tecnológico da Fundação. Maria Izabel, Chefe de Gabinete, informou que os relatórios do TCESP referentes aos exercícios de 2023 e 2024 já haviam sido disponibilizados anteriormente aos Conselheiros, comprometendo-se a reenviá-los. Esclareceu, ainda, que as contas de 2023

já foram julgadas, enquanto as contas de 2024 permanecem em fase preliminar de análise e apresentação de defesas. A Presidente complementou que, para a realização da reunião entre a PREVIC e os membros do colegiado, não foi encaminhada pauta prévia, razão pela qual não foi possível preparar material específico para subsidiar os debates. Ao final, Ugo Garcia registrou que o trabalho desenvolvido pela Auditoria Interna vem agregando maior organização, pragmatismo e capacidade de acompanhamento dos temas institucionais. A Presidente Marina destacou que o novo formato de apresentação proporcionava maior segurança e transparência ao acompanhamento das recomendações dos órgãos de controle. O Conselheiro Dutra também consignou agradecimento pela qualidade e pelo detalhamento das informações apresentadas.

Em continuidade, o **Item 6 – Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação do Mapa de Riscos:** a Sra. Renata Souza, Assessora-Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, apresentou o Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação do Mapa de Riscos, destacando a baixa de uma ação vinculada à Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), reduzindo o quantitativo de ações monitoradas de dez para nove. Informou que as ações relacionadas ao risco crítico de processamento incorreto de informações permanecem vinculadas à implantação do sistema de gestão de clientes CRM da *Salesforce*, encontrando-se concluída a etapa de mapeamento dos processos atuais (“as is”) e em andamento a definição dos processos futuros (“to be”). O Diretor de Relacionamento Institucional, Ugo Garcia, esclareceu que a iniciativa possui caráter transversal e envolve diversas áreas da PREVCOM, representando importante avanço na implementação da gestão por processos e na integração das atividades institucionais. Na sequência, a Assessora informou a conclusão da ação referente ao Plano de Continuidade de Negócios, aprovado pela Diretoria Executiva e publicado no Diário Oficial do Estado, bem como destacou o andamento das contratações relacionadas à segurança cibernética, incluindo a futura contratação de serviços especializados e de seguro cibernético. Relatou ainda a aprovação, pela Diretoria Executiva, de cinco normativos relacionados à governança e segurança da informação, bem como informou a realização prevista de treinamento destinado a gestores e fiscais de contratos, visando ao fortalecimento dos controles internos e da fiscalização contratual. No âmbito da Diretoria de Relacionamento Institucional, registrou que não houve, no período, manifestações de participantes relacionadas a falhas de orientação ou condutas inadequadas de agentes comerciais registradas na Ouvidoria. O Diretor Ugo Garcia complementou que vêm sendo adotadas medidas permanentes de monitoramento e aprimoramento da atuação dos agentes comerciais, inclusive com ajustes na equipe responsável pela operação junto à seguradora parceira. Durante as discussões, foram destacados os avanços decorrentes da implantação da cultura de gestão por processos e a melhora dos indicadores de atendimento aos participantes, incluindo a evolução da avaliação institucional na plataforma Reclame Aqui e a classificação da PREVCOM para participação em premiação promovida pela referida plataforma. Os Conselheiros Dutra e Paulo, registraram elogios à evolução dos controles internos, à atuação das áreas envolvidas e aos resultados alcançados em relação à experiência dos participantes. A Presidente do Conselho Deliberativo também registrou reconhecimento pelos avanços apresentados. Na sequência **Item 7 – Relatos e Comunicações da Diretoria Executiva:** Em atenção a questionamento formulado anteriormente pela Presidente, o Diretor de Investimentos esclareceu que a movimentação financeira observada em fevereiro decorreu de resgate realizado no ETF BOVA11 para viabilizar aplicação em fundo administrado pela XP Investimentos. Na sequência, a Diretora Administrativa apresentou os relatos e comunicações da Diretoria Executiva, informando inicialmente que o Conselho Fiscal manifestou ciência e concordância com a proposta de remanejamento orçamentário no valor de R\$ 827.000,00, da rubrica de despesas com pessoal próprio para a rubrica destinada à antecipação de contribuições de patrocinadores, sem impacto para a execução orçamentária do exercício. Comunicou, ainda, que foi concluída a contratação da banca organizadora do concurso público da PREVCOM, tendo sido selecionada a Fundação VUNESP, encontrando-se em andamento os preparativos para publicação do edital e realização do certame. Informou também que foi encaminhada ao Governo do Estado proposta de reajuste salarial dos colaboradores da Fundação, bem como relatou o acompanhamento das atividades relacionadas à auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente ao exercício

de 2025. Por fim, registrou que as áreas da Fundação foram orientadas a formalizar suas demandas de contratação para subsidiar a elaboração do orçamento do exercício seguinte, havendo expectativa de conclusão da proposta orçamentária ainda no mês de julho. Por fim, o **item 8 – Relatos e Comunicações da Presidência do Conselho:** Marina informou que seu processo de recondução ao cargo de Conselheira e Presidente do Conselho, bem como o processo de recondução do Conselheiro Dante, já foram encaminhados à PREVIC para análise e habilitação. A sra. Maria Izabel, informou que os processos de habilitação dos novos Conselheiros do Conselho Fiscal ainda se encontram em fase de organização documental para posterior encaminhamento à PREVIC. Em seguida, foram prestados esclarecimentos acerca dos processos de habilitação pendentes de análise pela PREVIC, especialmente aqueles relacionados aos suplentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Foi relatado que, apesar dos contatos frequentes realizados pela Fundação junto ao órgão regulador, os processos permanecem aguardando análise, tendo sido ultrapassado o prazo ordinariamente previsto para conclusão dos procedimentos. Durante os debates, os Conselheiros manifestaram preocupação quanto aos impactos da demora na análise dos processos de habilitação para a continuidade dos trabalhos dos órgãos colegiados e para a manutenção dos quóruns regimentais. Foi registrado o entendimento de que a PREVCOM vem adotando as providências necessárias dentro dos prazos estabelecidos, permanecendo a tramitação dos processos dependente da atuação da PREVIC. Na sequência, o Conselheiro Fabio questionou sobre o andamento das providências relacionadas à renovação das certificações dos Conselheiros. Em resposta, a Diretora Administrativa informou que já estão disponíveis as modalidades de apoio previstas pela Fundação para obtenção ou renovação das certificações junto ao ICSS, incluindo voucher para cursos, provas e entrevistas de certificação. Também foram prestados esclarecimentos sobre as diferenças entre as certificações ICSS e ANBIMA, bem como sobre a possibilidade futura de obtenção de selo institucional da ABRAPP vinculado à certificação dos membros dos colegiados. Não havendo outras manifestações, a Presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário, lavrei e subscrevo a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

Marina Brito Battilani

Presidente do Conselho

Aldo Cuomo

Conselheiro

Fábio Teizo Belo da Silva

Conselheiro

José Francisco Dutra da Silva

Conselheiro

Juliana Velho

Conselheira

Paulo Rafael Minetto Maceta



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo Da Silva, Conselheiro**, em 25/06/2026, às 20:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rafael Minetto Maceta, Conselheiro**, em 26/06/2026, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 26/06/2026, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 26/06/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Velho, Conselheiro**, em 29/06/2026, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 29/06/2026, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alessandro da Silva Bueno, Assessor I**, em 29/06/2026, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0111582207 e o código CRC EFF01EF2.